

AS MASMORRAS DA CLIO: UMA ANÁLISE DO ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964- 1985) E SEUS REFLEXOS NA ATUAL FORMA DE PERCEBER A DISCIPLINA.

João Carlos Araújo de Sousa
Graduando do 7º período do curso de História da (UESPI)
Erika Ruth Melo da Silva
Graduanda do 3º período do curso de História (UESPI)

RESUMO

Esse trabalho tem como pretensão analisar o ensino da disciplina história durante a ditadura militar (1964-1985), percebendo a intervenção do sistema ditatorial brasileiro nos métodos educacionais presentes e observando o objetivo do mesmo em vetar um ensino problematizado em nosso país, dando foco apenas em uma educação nacionalista e militarista em sua forma mais radical e persuasiva possível. Faz um breve esboço de como o conteúdo da disciplina história era ministrado na época, dando ênfase na inclusão das disciplinas de Educação moral e cívica e dos Estudos sociais na grade curricular das escolas de ensino infantil e fundamental, tais disciplinas muitas vezes substituindo até o conteúdo de história. Além de uma análise educacional, o presente trabalho também trata de fatores sociais e econômicos como o modo de administrar o estado brasileiro pelo governo militar e a política que envolvia os diversos setores da sociedade durante o regime. Ainda serão abordados os danos e reflexos que essa fase da educação brasileira gera em nossas escolas nos dias atuais, tentando mostrar as falhas e solucionar alguns problemas propostos, onde a análise historiográfica desse período, proporcionou uma noção de como o ensino de história foi lesado nesse espaço temporal de nossa história, causando fortes conseqüências futuras tanto estruturais como educacionais, visto que em sua maioria, não são percebidos como problemas graves no sistema educacional. O estudo utilizou no primeiro momento a pesquisa bibliográfica, visto que a pesquisa de campo ainda permanece em andamento, utilizaremos recursos da história oral, como entrevistas com docentes que atuaram neste recorte temporal onde será possível realizar a conclusão do estudo.

PALAVRAS – CHAVES: Analisar, Ditadura, Educação, Ensino de história.

INTRODUÇÃO

Como dia o famoso filosofo René Descartes “Penso, logo existo”; a humanidade ao longo de sua história prezou pela busca do conhecimento e aperfeiçoamento do mesmo, entretanto, esse mesmo conhecimento que gera progresso, libertação, e conquistas, também pode representar ameaça a sistemas autoritários.

Quem nunca ouviu a frase que “História é matéria decorativa”? Essa idéia não foi criada de forma ingênua, e muito menos procede com a verdade, e sim foi determinada

através de um regime ditatorial, que até hoje permanece como parasitas dentro de nosso sistema educacional.

No período de 1964 a 1985, onde o mesmo é conhecido como ditadura militar, o Brasil passa por uma extrema e proposital reforma em seu sistema educacional, tendo como principal objetivo, a formação de cidadãos acríticos, e que não gerassem maiores problemas ao sistema político imposto.

Criou-se uma idéia de repressão à intelectualidade crítica em nosso país, sendo prejudicadas algumas disciplinas da grade curricular, como é o exemplo do estudo da História, e a criação de outras, como é o caso da “educação moral e cívica”, onde essa tinha um dever de infiltrar na cabeça de nossos estudantes a idéia de nacionalismo exacerbado e militarismo hegemônico e positivo.

Esse trabalho tem como pretensão mostrar as formas de como esse sistema interferiu na educação brasileira e seus reflexos em nossos dias atuais, buscando alertar os problemas reais que acontecem e que muitas das vezes não são percebidos por nossos docentes, ou que na sua maioria, são naturalizados. Utilizando-se da pesquisa bibliográfica e abordando também recursos da história oral para a coleta de dados e depoimentos de professores e alunos que foram submetidos aos métodos educacionais impostos, chegando às conclusões precisas de quanta influência a repressão exercia dentro da sala de aula e dos reflexos disso para o ensino da história hoje, podendo ser exemplificado pela postura do professor frente ao aluno, ao modo como o educando encara o conteúdo de história dentro da sala de aula e a posição da escola diante disso como algo tido como natural ou que não merece atenção e cuidado.

Em 1964, com o Golpe Militar, a educação brasileira foi submetida a severas modificações, desde o comportamento do estudante em sala de aula até o conteúdo lecionado pelas escolas e universidades. Como em qualquer regime ditatorial há uma necessidade por parte do poder, de fazer com que a população dominada absorva e obedeça às suas ideias, comungue de seus ideais e comemore aquilo que lhe pareça importante, como ocorreu no Brasil.

A escola nesse contexto será o maior aparelho responsável pela difusão das ideias militares e ditatoriais. Cabe aqui ressaltarmos também as festas e comemorações ocorridas dentro das escolas como o dia da bandeira, o respeito ao Hino nacional, o dia em que os militares chegaram ao poder, tudo isso, era motivo de comemoração, tal qual como nos quartéis a população era obrigada a se adequar e fazer parte.

A primeira e principal medida adotada pela ditadura frente à educação e ao controle da economia brasileira foi afastar as classes populares e dar total controle nas mãos da Elite, dos empresários e dos homens de alta patente das forças armadas, houve assim uma assimilação do bloco de poder pelas classes dominantes. É perceptível esse controle até mesmo em postos tradicionalmente pertencentes a cidadãos das classes populares como presidentes e associações e principalmente, o professor.

É importante entendermos a reforma que o estado militar viu como necessária por ser algo bem característico de regimes ditatoriais, como algo para manter no controle a difusão da ideologia e torná-la hegemônica e acima de tudo isso, torná-la inquestionável. Seja de maneira branda, seja de maneira violenta. Como bem vai caracterizar Gramsci quando conceitua hegemonia e analisa a necessidade de difusão da ideologia por parte da dominação.

“A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção moral e intelectual”. Um grupo social é dominante sobre os grupos adversários que tende a “liquidar” ou a submeter com a força armada, e é dirigente em relação aos grupos afins ou aliados.” (GRAMSCI apud PORTELLI, 1997, P.69).

Ou seja, a classe dominante usa da influência de sua hegemonia ideológica para submeter o cidadão. E essa influência é bem visível no período militar, principalmente, no que se diz respeito ao conteúdo ministrado em sala de aula e no comportamento do educador frente aos novos métodos pedagógicos impostos pelo novo sistema educacional.

A partir disso a educação no estado militar deve ser vista como uma forma utilizada pelo regime como um modo de assegurar a dominação necessária para afastar conflitos ou qualquer influência que pudesse atrapalhar a hegemonia.

Embora membros das elites empresariais, políticas e sociais estivessem envolvidos no processo de dominação e repressão, com destaque para o modo que era feita educação no Brasil, não foi algo voltado somente para a classe popular. Diversos setores da sociedade sentiram a mudança na maneira como o estado militar intervia no modo de se aprender e ensinar.

Nesse sentido vale lembrar que para o regime imposto a partir de 1964 era ameaçador o modo como vinha sendo trabalhado discussões em agrupamentos populares de trabalhadores e estudantes não satisfeitos com o regime. Portanto haverá grande perseguição a agrupamentos que pudessem demonstrar alguma ameaça ao poder militar, principalmente a caça aos comunistas e a destruição de instituições responsáveis por protestar por melhorias a classe trabalhadora e/ou estudantil como será o caso das universidades, UNE, CPC e etc.

“Iniciou-se uma ação de caça aos comunistas, ou seja, entidades e núcleos formadores de possíveis oposições ao governo, tais como: Centro popular de cultura – CPC, Centro de educação popular – CEPLAR, União Nacional dos estudantes – UNE, dentre outros que lutavam pela educação e cultura popular, começaram a ser dominados e/ou dizimados pelo regime. Nesse período houve, grande intervenção nas universidades brasileiras. O conselho federal de educação – CFE, nomeou reitores militares para diversas instituições de ensino tentando assegurar o controle militar, como ocorreu na universidade de Brasília, a destituição do reitor Anísio Teixeira, prisão de alunos e professores.” (PAULINO 2006)

Disciplinas escolares que permitissem algum questionamento eram também enquadradas no contexto de ameaças ao estado e à ordem vigente, e embora ainda em métodos muito tradicionais, a história sempre apresentou críticas, observações e reflexões sobre o modo de vida e o modo como se administra uma sociedade, isso para o estado militar era assustador por que fomentavam nos estudantes e nos educadores certos pontos de vistas contrários àquilo que a ditadura pregava.

Tendo isso em vista foi preciso um recorte nos conteúdos apresentados nos livros didáticos, comportamentos por parte dos alunos dentro da escola também era imposto pelo estado e até a criação de novas disciplinas como no primário a matéria de educação moral e cívica na qual as crianças aprendiam a se comportar de maneira tida como adequada, a valorização da ordem, do fardamento, da adoração aos símbolos do estado como a bandeira, o Hino, o brasão e o presidente, a substituição da História pela disciplina de Estudos sociais. Como vem nos mostrar o Decreto n. 58.023 de 21 de março de 1966, publicado pelo presidente Castelo Branco, no artigo 2:

“A educação cívica visa a formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, desrespeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade no trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres.” (Decreto n. 58.023/66).

Os militares pretendiam uma sociedade harmônica, no sentido de aceitar suas diretrizes, pois nessa época o Estado assumiu o papel modernizador e, de acordo com seus princípios, a modernização só seria possível se os conflitos na sociedade pudessem ser administrados por aqueles governos. Ou seja, a ditadura moldava, começando desde a educação infantil, ela criava comportamentos, mentes, idéias e os cidadãos, era o mero depósito de sua ideologia. Estabelecia assim, sua dominação na educação, na economia e até naquilo que era tido como o auge do respeito à lei que é a autoridade dos três poderes.

Germano (1993, p.18) irá nos mostrar basicamente como era essa realidade dentro do regime “... estamos diante de um poder Legislativo que não legisla e um poder judiciário que não julga, mas que lutam conforme vontade e conveniência do Executivo.” Tudo estava submetido à vontade ditatorial do regime e no sistema educacional, como podemos ver, não foi diferente.

Os militares praticaram uma política nacional usando do aparelho de ensino para atenuar conflitos, pressões e revoltas por parte da classe popular explorada e da sociedade reprimida.

De modo geral a repressão da ditadura foi absurda e o maior atentado à liberdade do cidadão brasileiro já visto em toda a História do Brasil, resultou no desaparecimento de milhares de estudantes, professores, artistas, intelectuais e todos aqueles que estivessem de alguma forma ligados aos chamados comunistas e marxistas. Justificando a repressão pelo conceito da “segurança Nacional” assim impõe o AI 5 - Ato institucional número cinco, pondo até espiões ou os chamados “olheiros” infiltrados no meio estudantil e artístico para observar e denunciar comportamentos ameaçadores.

Por tudo isso, cabe-nos compreender, a educação no Brasil enquanto parte dessa totalidade (Ditadura e repressão), compreender educação dentro do período militar não deve se restringir exclusivamente à educação, mas vê-la como parte de todo um contexto econômico e social vigente.

O grande problema após tudo isso e principal objetivo desse trabalho vem a ser os reflexos dessas rupturas e reformas ocorridas durante os vinte anos em que a educação, mais especificamente o ensino da História, foi bombardeado de um ideal autoritário, decorativos e muitas vezes visto pelos alunos como sem sentido. É perceptível as marcas deixadas hoje dentro das instituições escolares, não só no método de ensino e nos conteúdos ministrados mas também no comportamento dos educandos frente a essa herança advinda desses anos em que a História e a idéia de análise e crítica social foi inteiramente ligada à algo desnecessário, sem sentido ou que não mereça destaque. Os reflexos são a realidade de alunos que, sabem todas as fórmulas da física e da química, mas não conseguem fazer uma análise crítica sobre algum tema proposto pelo professor, como por exemplo, a realidade do próprio país.

“... os estudantes demonstraram saber ler ou escrever textos simples. Contudo, enfrentam dificuldades para executar tarefas mais elaboradas, como, por exemplo, a redação de um texto com base num tema proposto pelos professores. Em aritmética, a maioria dos alunos se mostrou capaz de fazer adições simples e cálculo de despesas com figuras. Poucos, no entanto, conseguiram ir além, identificando números em tabelas ou gráficos ou resolvendo problemas apresentados em figuras.” (MACHADO, 2011).

Formamos durante muito tempo o patriota, o feito pra obedecer, o que não questiona e nunca é motivado a pensar por si só. E de repente nos assustamos por que os alunos têm dificuldades em produzir textos, em interpretar e de falar em público. Só podemos oferecer o que possuímos e é contraditório cobrar dos educandos, nos exames da vida escolar, exatamente para o que nunca foram preparados: pensar por si, criticar e criar a sua própria opinião.

Um dos maiores desafios do atual professor da disciplina História tem sido quebrar esse pensamento e comportamento herdado. Um “fantasma” da ditadura que amedronta dentro da sala de aula até os dias atuais, não mais com armas ou torturas, e sim, bem presente na reprodução de hábitos, conteúdos e comportamentos.

O papel do professor deve ser também analisado, não só o modo de aprender está em questão, mas o repasse do conhecimento também deve ser revisto e avaliado. Sabe-se que o educando vai à escola em busca de conhecimento, a oportunidade de uma mudança de vida e ascensão social a partir de uma melhor qualificação profissional e se depara com a situação de uma informação repassada sem motivação e em métodos tradicionais. É possível perceber a grande falha no modo como o conhecimento é repassado em sala de aula, quando Freire diz que um dos maiores problemas do sistema tradicional é a transferência de “conhecimento” do professor para o aluno. Neste processo pressupõe-se que nem professor, nem aluno criam conhecimento nenhum em sala de aula.

Fomentar a observação, indignação e abertura de portas para que o educando perceba sua capacidade criativa e se sinta sujeito transformador dessa realidade que ele critica e lhe desconforta. Esse modo de ensinar, esse presente como História é proposta e ponto principal a ser trabalhado em novas metodologias do ensino na História.

“Os estudos de História têm como base o desenvolvimento intelectual do educando, e daí a recomendação de introduzir o conteúdo a ser estudado por um problema situado no tempo

presente, buscando em tempos passados as respostas para as indagações feitas a problematizarão do estudo Histórico inicia-se sempre pelo local, que se torna objeto de análise constante, e não mais em apenas uma das séries, dependendo do tema a ser estudado. Para efetivar o estudo do local [...] com o objetivo de inserir as ações das pessoas comuns (homens, mulheres, crianças, velhos) na constituição histórica, e não exclusivamente as ações de políticos e das elites sociais.” (BITTENCOURT p. 214, 2005).

Olhando dessa forma, o estudo da História deixaria de ser uma mera decorativa e se tornaria um modo de aproximação de opiniões, descoberta de pontos em comum, quebra de preconceitos, formação de mentes pensantes e um maior reconhecimento do educando com a História por estudar a sua própria realidade, aquilo que o cerca e o faz sentir parte integrante da História que faz, ao tempo que estuda. Uma forma interessante de negar aquele método arbitrário de somente vangloriar nomes dos poderosos, datas consideradas importantes e acontecimentos que incluem a participação de poucos, e aderir a uma nova forma de ensinar e aprender, permitir a análise crítica da realidade, a negar regras absurdas, questionar e entender o porquê e explicar o como.

A formação de um cidadão não se resume simplesmente a ir à escola, armazenar o maior número de informações esplanadas pelo professor, tirar nota boa e passar de ano. A educação de verdade passa pelo pensar crítico, pelo criar próprias opiniões e conclusões, toda criança tem por direito a uma educação de qualidade, e que o educador seja o primeiro a motivá-la. “*Educar em um sentido amplo e libertador significa, também, recusar a concepção “bancária” da educação*” (FREIRE, 1987).

Partindo desse pressuposto, talvez possamos entender fatores que geram grandes problemas dentro do ensino da História e até do próprio sistema educacional brasileiro como evasão escolar e a desmotivação do aluno frente ao horário da aula.

“Notamos dia-a-dia o aluno abandonando a escola. E se formos mais a fundo nessa questão, verificamos que, além de suas próprias pressões externas (mudanças contínuas, empregos em horários rotativos, cuidados com a família etc.), no caso noturno, por exemplo, há outros agravantes: o cansaço do trabalho, a fome do almoço malfeito e a janta realizada só lá pela meia-noite. A escola torna-se cada vez mais distante da vida do aluno, contribuindo para sua evasão.”(CABRINI, 2004 p.56).

Frente a essa inquietante realidade e uma herança tão presente nos nossos modos de ensinar e de aprender, fica-nos, portanto, não só o questionamento, mas também, uma proposta de mudança, observação e dedicação. Pois é importante criticar mas também precisamos mostrar saídas.

Começemos a romper com os métodos que acham que a repressão, isolamento e exclusão do diferente, do mais pobre, do mais sensível é a solução de um modo de se fazer e ensinar História que pede socorro.

Mediante o aqui explicitado possamos rever e repensar educação, métodos de ensino, assim como, a força das influências do nosso passado, da nossa cultura e realidades, sobre tudo isso. Possamos acima de tudo identificar os espaços e respeitar as contradições, e usá-los não mais como motivo de exclusão, mas como um norteador da construção de uma

educação crítica e emancipadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto as heranças herdadas por um passado sombrio em que o ensino de história e a educação brasileira passaram durante o período da ditadura militar e que o mesmo reflete em nossos dias atuais, cabe-nos refletir estratégias de escape para essa condição passada de ensino que resulta e mostra a cada dia suas conseqüências dentro da sala de aula.

A educação de nosso país necessita uma reavaliação em seus métodos, visando que disciplinas como história, filosofia, sociologia, dentre outras possam cada dia mais ganhar espaço dentro da grade curricular, tornando um ensino mais crítico, formador de cidadãos pensantes e críticos com os problemas sociais, políticos, assim dificultando que futuros regimes como o da ditadura militar no Brasil, possam restabelecer idéias tão inaceitáveis para uma sociedade democrática e livre.

Pensemos em modificar o pensamento dissente desse país com essas questões propostas nesse trabalho, onde a partir de um estudo mais aprofundado destes aspectos negativos de nossa atual educação, possamos criar estratégias e inserção de novos olhares educacionais para nossas escolas, visando uma população mais consciente da sua realidade.

Que esse momento que a educação do Brasil passou durante a ditadura militar e que reflete aspectos negativos ate hoje possa servir de exemplo para nossas gerações futuras, onde as mesmas busquem cada dia mais serem cidadãos críticos, e que o ensino e a educação nesse país possa vir a mudar e tomar rumos vanguardistas para uma educação critica, problematizada e de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RAYMOND, Aron. **As etapas do pensamento sociológico**. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

ROYO, Marcos Del. **Gramsci e a Educação do Educador**. Cad. Cedes, Campinas, vol.26, n.70, p.311 – 328, 2006.

MORAES, Maria Célia M. de. **Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação**. Revista portuguesa de educação, p. 07-25, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais**. Revista científica vol.4, n 002. São Paulo, p.79-88, 2002.

Machado, João Luiz de Almeida. **Retratos Recentes da Educação no Brasil Notícias que evidenciam avanços e problemas**.
<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1250>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática Educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

ONGENRO, André Luís. **O ensino de educação moral e cívica: memórias de professores do Oeste de Santa Catarina (1969 - 1993)**
[http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/Horizontes_26_1_10\[10992\].pdf](http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/Horizontes_26_1_10[10992].pdf)

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Decreto 58.023. de 21 de março de 1966**. Dispõe sobre a educação cívica em todo o país e dá outras providências.

PAULINO, Ana Flávia Borges. **A Educação no Estado Militar (1964-1985)**
http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/176AnaBorgesPaulino_e_WanderPereira.pdf